

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

NOVEMBRO REPUBLICANO

Paulo Timm . novembro, 15/ 2018



Museu da República

“O Palácio Nova Friburgo, atual Palácio do Catete, construído entre 1858 e 1867 pelo comerciante e fazendeiro de café Antônio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo, consagrou-se como um monumento de grande importância histórica, arquitetônica e artística. Erguido no Rio de Janeiro, então Capital Imperial, tornou-se símbolo do poder econômico da elite cafeeira escravocrata do Brasil oitocentista. Sua concepção em estilo eclético é resultado do trabalho de artistas estrangeiros de renome, como o arquiteto Gustav Waehnelde e os pintores Emil Bauch, Gastão Tassini e Mario Bragaldi. Em 1889, passados vinte anos da morte do Barão e de sua esposa, o Palácio foi vendido à Companhia do Grande Hotel Internacional e, posteriormente, antes que fosse instalada qualquer empresa hoteleira no imóvel, foi vendido ao maior acionista da Companhia, o conselheiro Francisco de Paula Mayrink. Em 18 de abril de 1896, durante o mandato do presidente Prudente de Moraes, à época exercido em caráter interino pelo vice Manuel Vitorino, o Palácio foi adquirido pelo Governo Federal para sediar a Presidência da República, anteriormente instalada no Palácio do Itamaraty.”
(fonte: portal do “Museu da República” na internet)

Roberto Peña . FB. Acesso 17 nov.2017

O “Manifesto Republicano” de 3 de Dezembro de 1870. O “Manifesto Republicano”, foi uma declaração publicada pelos membros dissidentes do Partido Liberal (luzias), liderados por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho, decididos a formar um “Clube Republicano”, com o ideário de derrubada da Monarquia e o estabelecimento da República Federativa no país. Veio a público no Rio de Janeiro publicado no primeiro número do periódico “A República”, em 3 de Dezembro de 1870, assinado por mais de 60 signatários, entre políticos, empresários, proprietários rurais, funcionários públicos, profissionais liberais.

Em tempo: amanhã, dia 15 de novembro, é o dia comemorativo da “Proclamação da República” e Saldanha Marinho NÃO É o fundador da “Banda da Saldanha”. Ou seja, mais uma razão para perguntar por quê o Congresso resolveu fazer feriadão numa data como esta.

Roberto Santos – FB Acso a 17 set 2017

É coincidência que nos últimos dias tantos jornais tenham chamado a proclamação da República de “golpe”?

Ou é sintoma?

Penso a segunda coisa.

Mas sintoma do quê?

1. De que nossa república foi pouco republicana; com o povo assistindo “bestializado”; de que deveríamos retomar o processo de expansão da cidadania que passa pela Revolução de 30 e sobretudo pela Constituição de 88;

ou

2. De que bom mesmo era a monarquia, com a escravidão, com um imperador que fingia que escravatura e pena de morte não eram com ele, que usava o Poder Moderador para ditar o que ele quisesse.

Renato Janine Ribeiro FB 15 de novembro às 19:16

*

Se o mês de setembro é pátrio, no sentido de enfatizar o nascimento de um Estado Nacional organizado a cada dia 07, o novembro, no Brasil, celebra, ou deveria concelebrar com maior ênfase, o conteúdo democrático do nosso Estado. Lamentavelmente, não é isso que se vê. Insistimos em permanecer no ornamento da Proclamação da República, reeditada, neste ano, com a pomposa transferência da capital do país para a cidade de Itú, em São Paulo, suposto berço do Partido Republicano. Com isso, substitui-se o “gesto”, pelo mero gesto. O gesto como metáfora pelo gesto como movimento de braços. A linguagem simbólica pelo mimo da palavra solta. Ou seja, a grandeza potencial da adoção de uma opção republicana de Governo, pelo momento de sua adoção. Não por acaso, reeditando, talvez, este momento, esvaziado de sentimentos mais profundos, se repete, ano a ano, sem maiores envoltórios populares. É como se o “golpe” da Proclamação da República

se renovasse a cada 15 de novembro, brindando-nos, apenas, com a comodidade de mais um feriado.

Procure-se, por exemplo, na Internet, alguma reflexão sobre a República ou republicanismo. Quase nada. Aliás, salva-se, para tristeza de tantos acadêmicos preconceituosos, a bela página sob o título “República”. do Dr. Google. Mais das vezes, porém, lemos a platidão da origem da palavra como Res.pública, coisa pública, confundindo a latinidade do vocábulo, com a fenômeno ao qual se refere e que os antigos gregos davam o nome de Politeia. O resto, distribui-se numa cansativa cópia e repetição de que a República teria sido instituída pelos antigos romanos, no auge de sua grandeza. Ora, nem foi a República inventada pelos nossos ancestrais latinos, nem restringiu-se a grandeza de Roma ao seu período republicano, cujos percalços esboroar-se-iam sob a espada do Grande Cesar. Deste momento, 60 AC, até seu colapso, sob o regime imperial, Roma perduraria soberana no mundo por mais meio milênio, sendo muito difícil dizer se foi maior sob a República ou sob o Império.

Antes de Roma, já existiam repúblicas nas cidades gregas, em uma ou outra das civilizações mediterrâneas e, sobretudo na Índia, onde tinham a denominação de “sangha”, como se pode ler nas ricas palavras de Gore Vidal no seu clássico “Criação” (pag. 267, Ed. Nova Fronteira):

“Talvez assembleia seja a melhor tradução para essa palavra. Mas, enquanto a assembleia ateniense parece aberta aos plebeus e aos nobres, a sangha das repúblicas indianas, era composta de representantes de cada um dos nove Estados. (...) Essas repúblicas estavam em relação a Magadha quase como as cidades jônias estavam em relação à Pérsia. A única diferença é que, nos dias de Dario, as cidades gregas da Asia Menor não eram repúblicas, mas tiranias.”

A questão central, portanto, da instituição republicana é que ela se constituiu e se preservou, a partir dos Conselhos tribais, como mecanismo de redistribuição de Poder, impedindo que uma só pessoa o empolgasse. Em sociedades mais antigas na África e na Ásia ainda os podemos identificar. Claro que, a noção de Poder, com as revoluções modernizadoras, sobretudo na Francesa, de 1789, foi se deslocando para o conceito de soberania, da qual emergiria a ideia de cidadania como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais inerentes, indistintamente, a todos os membros de uma sociedade que encontra no Pacto Constitucional sua regra de convivência e regulação. A lembrança deste gesto fundador é que deveria estar na base da celebração do 15 de novembro, renovando os princípios que a norteiam, a saber:

1. Interesse Colectivo. A palavra “República”, significa “coisa” (Res) “pública (algo que faz parte do património comum). Este é o lema central do republicano: colocar o interesse comum acima dos interesses colectivos, velando para que a comunidade saia beneficiada e não apenas alguns. Os

interesses particulares são legítimos e devem ser respeitados, mas não se podem sobrepor aos interesses da colectividade.

2. Equidade. *O ideário republicano, forjado na lutas contra os regimes absolutistas e ditatoriais, assumiu como matriz a exigência do primado da Lei, perante a qual todos são iguais. Ninguém está acima da Lei. A primeira missão do Estado republicano é garantir a imparcialidade e equidade na aplicação da leis da República.*

3. Laicismo. *A luta contra a intolerância religiosa conduziu os republicanos a defenderem a separação entre a Igreja e o Estado, proclamando a liberdade religiosa.*

4. Legitimidade Democrática. *A república, sendo um regime político que a todos pertence, deve assentar na mais ampla participação dos cidadãos na vida comunitária. O exercício do poder tem que ser periodicamente legitimado pelo votos dos cidadãos. Ora, sendo estes beneficiários do Bem Comum, têm igualmente o dever de contribuir com o seu esforço e inteligência para a prosperidade da comunidade de que fazem parte. Nada pior para um regime republicano do que um sistema político que limite a participação dos cidadãos ou favoreça a perpetuação do poder das mesmas pessoas (recusa de cargos vitalícios).*

5. Projecto Colectivo. *Uma comunidade republicana só pode subsistir se os seus membros se sentirem como fazendo parte de uma colectividade que não renega as suas origens, história e símbolos colectivos, mas que também trabalha para que as novas gerações venham a herdar uma comunidade mais próspera em todos os sentidos, dando desta forma continuidade a uma obra de génese colectiva.*

(Carlos Fontes in Princípios Republicanos)

<http://www.filorbis.pt/filosofia/CursoPrincipios.htm>

Isso posto, caberia, sim, indagar sobre o contexto da Proclamação da República no Brasil, tendo em vista a tendência a minimizar este gesto como um mero golpe militar que taria colhido um povo “atônito” diante dos acontecimentos.

Há, primeiro, que se ter em conta o que era o Brasil, em 1889 e que tensões, eventualmente, o envolviam.

Por sorte, temos um retrato do Brasil da época no Censo de 1872, que mostrou que não passávamos de 10 milhões de almas, em grande parte “livres” (8.419.672) , e 15% de negros escravizados, dispersas na vastidão continental do Brasil, dos quais apenas 10% vivendo nas grandes cidades, sendo que na maior delas, no Rio de Janeiro, com menos de 500 mil habitantes.

Perfil da população

https://pt.wikipedia.org/wiki/Censo_demogr%C3%A1fico_do_Brasil_de_1872

Províncias e o Município Neutro no território do Império do Brasil em 1872.



PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidade, e graus de instrução para a Província do Rio Grande do Norte no censo de 1872.

Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidade, e graus de instrução para a Província do Rio Grande do Norte no censo de 1872.

[4]

O Censo registrou quase 10 milhões de habitantes distribuídos em 20 províncias e no Município Neutro. O Brasil se dividia em 641 municípios, que, por sua vez, se subdividiam em 1.473 paróquias, as unidades mínimas de informação. A coleta foi realizada nas paróquias.^[9]

Neste Censo, a região Nordeste ainda aparecia como a maior do país. Das oito províncias mais populosas do Brasil, metade eram do nordeste, também estavam dentre as mais povoadas, já que Pernambuco tinha área menor que São Paulo mas com população maior e a Paraíba com quase a mesma população do Rio Grande do Sul e área bem menor também. Os moradores das regiões nordeste e sudeste combinados compunham 87,2% da população do país.^[10]

Em 1872 o peso da população rural era enorme quando comparado ao da urbana. A população das capitais do Império representava 10,41% da população total, ou seja, 1 083 039 pessoas. Para completar o quadro 48% dessa população concentrava-se apenas no Município Neutro da Corte em Salvador e Recife.^[11]

População por província – Wikipedia Censo 1872

Província	Municípios	Paróquias não incluídas	Total de paróquias	População Livre	População Escrava	Total da população em 1872 ^[12]
<u>Amazonas</u>	7	-	22	56631	979	57610

Província	Municípios	Paróquias não incluídas	Total de paróquias	População Livre	População Escrava	Total da população em 1872 ^[12]
Pará	32	-	70	247779	27458	275237
Maranhão	37	1	53	284101	74939	359040
Piauí	22	2	27	178427	23795	202222
Ceará	46	-	57	689773	31913	721686
Rio Grande do Norte	22	-	27	220959	13020	233979
Paraíba	24	-	38	354700	21526	376226
Pernambuco	39	-	71	752511	89028	841539
Alagoas	19	-	28	312268	35741	348009
Sergipe	24	5	30	153620	22623	176243
Bahia	72	-	169	1211792	167824	1379616
Espírito Santo	13	-	25	59478	22659	82137
Rio de Janeiro	33	6	123	490087	292637	782724

Província	Municípios	Paróquias não incluídas	Total de paróquias	População Livre	<u>População Escrava</u>	Total da população em 1872 ^[12]
São Paulo	89	-	142	680472	156612	837354
Paraná	16	-	23	116162	10560	126722
Santa Catarina	11	-	38	144818	14984	159802
Rio Grande do Sul	28	4	72	367022	67791	434183
Minas Gerais	72	14	370	1669276	370459	2039735
Goiás	26	-	54	149743	10652	160395
Mato Grosso	9	-	15	53750	6667	60417
Município Neutro da Corte	-	-	19	226033	48939	274972
Império do Brasil	641	32	1473	8419672	1510806	9930478

Neste contexto, a vida pública se concentrava no Rio de Janeiro, sede do Governo Imperial, onde já fermentava um conjunto de tensões inevitáveis numa cidade que crescera imensamente desde a chegada da Família Real em 1808 e que protagonizara o principal papel na luta abolicionista. São Paulo seguia-lhe de perto e em breve ultrapassaria em importância o Rio de Janeiro, mas em 1889, esta cidade ainda dominava a cena política, constituindo-se com uma nucleação eminentemente pequena burguesia de funcionários, comerciantes, militares, embora já cercada pelas primeiras “favelas”, como herança da desmobilização de tropas depois do fim da guerra do Paraguai. A ideia mesma de “popular”, neste meio, só poderia estar associada à própria classe média, na qual os militares ocupavam um lugar estratégico. Foi no seio desta classe média que cresceu a campanha abolicionista, vindo daí a associar-se, mesmo nas suas frações mais conservadoras, como de Joaquim Nabuco, com ideais reformistas, dentre os quais o republicano, desembocando, logo depois no que ficou conhecido como “florianismo”, provável semente do tenentismo, cujas primeiras análises devemos à Nelson Werneck Sodré nas páginas da História Nova do Brasil”, empastelada pelo Golpe de 1964, cuja releitura, como diz Judite Trindade, é hoje oportuna -

Nelson Werneck Sodré e a História Nova

https://docs.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Judite_Trindade.doc

Dado o seu caráter múltiplo, uma vez que não se restringiu à caserna, não sendo uma expressão meramente corporativa dos militares do Exército, é possível identificar no florianismo duas vertentes: o florianismo de governo e o florianismo de rua. Na primeira, formavam todos os que se alinharam ao governo Floriano, por razões de ordem prática ou mais precisamente de ordem pragmática. Foi o caso dos membros mais ativos da oligarquia cafeeira de São Paulo, ávidos por manter a estabilidade institucional do regime recém-instalado para dela tirar proveito, como de fato ocorreu em seguida, com a eleição para três quadriênios consecutivos de seus líderes mais destacados, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, dando início à hegemonia paulista na Primeira República.

O outro florianismo, o de rua, foi espontâneo, surgiu da afinidade dos segmentos populares com Floriano. Para esses contingentes sociais, o Marechal de Ferro simbolizava a própria República, e mantê-lo à frente da presidência passou a ser uma tarefa à qual se dispuseram, alheios a interesses que não fossem os da preservação da República ameaçada por seus opositores mais ferrenhos. Não é por acaso que várias outras alcunhas foram atribuídas a Floriano, tais como Marechal Vermelho ou Robespierre brasileiro, ambas tendo como matriz a Revolução Francesa e, especialmente, seu período de maior radicalização política, o Terror. Claro está que essas alusões partiram do segmento mais doutrinário do florianismo, o dos jacobinos. Todos ou quase todos eram florianistas, embora nem todos os florianistas fossem adeptos do jacobinismo, como bem salientou a historiadora Suely Robles de Queiroz.

As duas vertentes do florianismo coexistiram sem grandes problemas durante o governo do marechal. Contudo, logo após o término da Revolta da Armada e a

proximidade do pleito para a escolha do sucessor de Floriano, essas vertentes passaram a se conflitar. Os florianistas de governo abraçaram logo a candidatura sustentada pelos paulistas, de Prudente de Morais, ao passo que os florianistas de rua não só não demonstraram qualquer apreço pelo candidato oficial, como engrossaram a articulação promovida nos bastidores para uma eventual permanência de Floriano no poder. Essa ação golpista realmente existiu, e posteriormente foi objeto de um processo que culminou no arrolamento, como conspirador, do próprio vice-presidente Manuel Vitorino, além do deputado Barbosa Lima e do jornalista Diocleciano Mártir.

Florianismo

<http://atlas.fgv.br/verbetes/florianismo>

Oportuno, reiterar também, esta observação de Jorge Caldeira:

O mais recente estudo com essa nova visão virou o livro História do Brasil com Empreendedores, de Jorge Caldeira, lançado em 2009. Ele mostra mais um mito do Brasil colonial: a ideia de que só havia por aqui uma enorme massa de escravos e seus senhores. Em 1819, os escravos eram um quarto da população total, de 4,4 milhões de pessoas. E, entre os brasileiros livres, 91% deles não tinham escravos. “Com essa população, o Brasil tinha uma economia maior que a de Portugal”, diz Jorge Caldeira.

<https://super.abril.com.br/historia/a-nova-historia-do-brasil/>

O Brasil do final do século XIX, portanto, nem era povoado por uma massa escrava que dominava, sob a matriz colonial exposta por Caio Prado Jr., nossa fisionomia social e econômica, nem era, ainda uma sociedade marcada pela presença proletária numa nação nos primórdios da industrialização, que já em 1905, segundo Leon Trotsky, dominava a cena urbana russa, os quais, tomados juntos ou separadamente, poderiam ter dado à Proclamação da República um sentido social e ideológico mais profundo. Estávamos mais próximos da fisionomia social de Paris em 1789, mas sem a fermentação ideológica que fez da Revolução Francesa um marco da luta pela emancipação da humanidade.

O republicanismo, portanto, embora não tivesse empolgado como ideia força na conjuntura, sendo cultivado em centros mais iluminados como o Clube Militar, no Rio, e na Faculdade de Direito, em São Paulo, além dos Manifestos de Itu, em 1870 e de São Borja, no Rio Grande do Sul, um pouco mais tarde, era um movimento que se articulava internacionalmente, como expressão local

de realizações em curso nos Estados Unidos e vários países da América Latina, sobretudo Argentina. Teve, inclusive, no seu interior, uma clara divisão entre radicais, como Júlio de Castilhos, gaúcho, então estudante em São Paulo e que viria a ter importante papel na formação política riograndense, da qual derivariam Getúlio Vargas e Leonel Brizola, e moderados, com epicentro entre grandes proprietários de São Paulo, os quais viriam a empolgar o movimento depois da Proclamação da República dando-lhe as feições da República Velha. Em 1930, o grito sufocado dos radicais voltaria à tona na sua forma indigesta, mas incisiva, do que os próprios castilhistas denominavam como “ditadura republicana”, num eco um pouco ensurdecido mas audível da visão robespierrana da democracia como tirania das massas.

A Proclamação da República, enfim, se não foi um “acontecimento” equivalente aos momentos mais grandiosos da luta contra o absolutismo imperial, como a Gloriosa Revolução de Cromwel, como a Queda da Bastilha, ou como a Declaração da Independência dos Estados Unidos, insere-se, neste processo, como um passo importante de um país periférico, marcado pelo colonialismo e pela escravidão, decisivo na construção do Estado de Direito Democrático, hoje consagrado pela Constituição de 1988.

Curiosamente, sob o enfoque da Proclamação da República como um golpe militar, numa evocação equivocada deste tipo de intervenção como similiar ao que teria ocorrido em 1964, obviam-se aspectos importantes deste “gesto”. Dentre eles nunca é demais lembrar o advento do laicismo, decorrente da separação da Igreja do Estado, e do princípio da elegibilidade dos governantes pelo voto direto, secreto e universal, desvinculado da propriedade, cuja efetividade teria que esperar ainda um século, vez que só viria se consagrar nas eleições gerais de 1989. Deste último ponto, aliás, relevou a presença política do Rio Grande do Sul no cenário político dos primeiros anos da República, ocupando o lugar até então ocupado pela Bahia, como observa o pioneiro de estudos políticos no Rio Grande, Alec Nove, vindo daí a oferecer o primeiro candidato viável à Presidência da República em 1929, dele decorrendo a Revolução de 1930. Trata-se, pois, mais do que celebrar a data da Proclamação, situá-la como um momento da construção da difícil democracia brasileira. E de refletir sobre esta democracia.

S.Zizek, filósofo marxista contemporâneo, no seu livro “Acontecimento”, diz que muitas vezes são as consequências que revelam as causas de certos acontecimentos históricos. Complementaria dizendo que não só as causas mas também seu caráter. A questão, portanto, é saber se as consequências posteriores ao 15 de novembro de 1889 foram positivas ou negativas. Não tenho dúvidas de quem foram muito positivas, começando pela separação entre Igreja e Estado e passando pela forte liberação dos negócios, o que desembocará na febril década de 20, fato percebido por inúmeros estrangeiros que

Menos Itu. Mais Brasil...!!